

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Diego Guimarães Santos de Freitas**

**O EMPREGO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA  
DA LEI E DA ORDEM**

**Resende**

**2020**

**Diego Guimarães Santos de Freitas**

**O EMPREGO E O PREPARO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NAS OPERAÇÕES  
DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**

Monografia apresentada ao  
Curso de Graduação em  
Ciências Militares, da Academia  
Militar das Agulhas Negras  
(AMAN, RJ), como requisito  
parcial para obtenção do título  
de **Bacharel em Ciências  
Militares.**

Orientador: 1º Ten Rodrigo Assumpção Mota Miranda.

**Resende**

**2020**

**Diego Guimarães Santos de Freitas**

**O EMPREGO E O PREPARO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NAS OPERAÇÕES  
DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Banca examinadora:

---

**1º Ten Rodrigo Assumpção Mota Miranda**  
(Presidente/Orientador)

---

**Maj Diego Miranda Santos**

---

**1º Ten Yuri Soares de Carvalho**

Resende  
2020

Dedico este trabalho a Deus, a minha mãe Cláudia, meu avô Orlando, meu irmão Diogo e minha irmã Diana que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por estar sempre ao meu lado me guiando. Agradeço ao 1º tenente Rodrigo Assumpção Mota Miranda pela atenção dada e pelas orientações que contribuíram em muito para que o trabalho fosse concluído com êxito. Aos meus familiares, em especial minha mãe Cláudia Regina Guimarães dos Santos e meu avô Orlando Guilherme dos Santos que sempre me apoiaram em tudo que fiz na vida e não foi diferente neste momento. Aos meus companheiros de turma que sempre me ajudaram e tiraram algumas dúvidas. Este trabalho sem o apoio de todos que mencionei anteriormente nunca teria dado certo e graças a vocês pude dar mais um grande passo na minha carreira, dedico a todos o meu muito obrigado.

## RESUMO

### **O EMPREGO E O PREPARO DO PELOTÃO DE FUZILEIROS NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**

AUTOR: Diego Guimarães Santos de Freitas

ORIENTADOR: 1º Ten Rodrigo Assumpção Mota Miranda

Estudo de natureza bibliográfica, o qual tem por objetivo analisar o emprego do Pelotão de Fuzileiros nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem, nas diferentes atividades realizadas nela. Previsto na Constituição Federal, o emprego das Forças Armadas para a execução de operações de Garantia da Lei e da Ordem vem crescendo constantemente, devido ao aumento da criminalidade nos centros urbanos, a exemplo das intervenções ocorridas no Rio de Janeiro. Para tanto, os militares que participam destas operações recebem treinamento e capacitação para melhorar suas táticas, técnicas e procedimentos, tendo em vista que o teatro de operações é em ambiente urbanizado, encontrando-se as Forças Adversas misturadas a civis. Um pelotão deve ter completo conhecimento de todos os tipos de atividades realizadas nas operações e estar sempre em constante aperfeiçoamento.

**Palavras-chave:** Pelotão de Fuzileiros. Operações de GLO. Intervenções. Formas de Emprego.

**ABSTRACT****THE EMPLOYMENT AND PREPARATION OF THE MARINE PLATOON IN THE  
OPERATARIO ABOUT GUARANTEE OF LAW AND ORDER**

AUTHOR: Diego Guimarães Santos de Freitas

GUIDELINE: 1º Ten Rodrigo Assumpção Mota Miranda

Study of a bibliographic nature, or what is the objective of analyzing the employment of the Marine Corps Platoon in Law and Order Guarantee Operations, in the different activities performed therein. Provided for in the Federal Constitution, the use of the Armed Forces to carry out Law and Order Guarantee operations has been constantly growing, due to the increase in crime in urban centers, an example of the occurrences in Rio de Janeiro. To this end, the military that participate in these training and training operations to improve their techniques, procedures and techniques, considering that the theater of operations is an urbanized environment, meeting as Adverse Forces mixed with civilians. A platoon must have complete knowledge of all types of activities performed in the operations and must always be in constant improvement.

**Keywords:** Marine Squad. GLO operations. Interventions. forms of employment.

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - QOPM do Pelotão de fuzileiros no Patrulhamento Ostensivo.....	23
Tabela 2 - Quadro de distribuição de material.....	27
Tabela 3 - Fórmula do indicador de desempenho.....	32
Tabela 4 - Índice de criminalidade 2017 x 2018.....	33

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Níveis de força progressiva.....	18
Figura 2 - Treinamento para operações de GLO.....	21
Figura 3 - Áreas e suas possibilidades de contato.....	24
Figura 4 - Organograma do Pelotão.....	25
Figura 5 - PBCE/PBCVU ocupado.....	26
Figura 6 - Organização do Pelotão OCD.....	27

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Levantamento sobre o adestramento realizado para as operações.....	28
Gráfico 2 – Instrução para as Operações.....	29
Gráfico 3 – Atividades realizadas nas Operações.....	29
Gráfico 4 – Conhecimento Jurídico.....	30

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GLO	Garantia da Lei e da Ordem
EB	Exército Brasileiro
MD	Ministério da Defesa
PBCE/PBCVU	Posto de Bloqueio e Controle de Estradas e Vias Urbanas
OCD	Operações de Controle de Distúrbio
TTP's	Táticas, Técnicas e Procedimentos
CIOpGLO	Centro de Instrução de Operações de Garantia da lei e da Ordem
CIOU	Centro de Instrução de Operações Urbanas
APOP	Agente Perturbador da Ordem Pública
EEl	Elementos Essenciais da Inteligência
OMD	Observa, Memoriza e Descreve
QOPM	Quadro Organizacional de Pessoal e Material
FFAA	Forças Armadas
GIFRJ	Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro
ISP	Instituto de Segurança Pública

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
2.1 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM - GLO.....	15
2.1.1 Uso da força e conduta com o armamento nas Operações de GLO.....	17
2.2 TREINAMENTO DOS PELOTÕES FUZILEIROS PARA AS OPERAÇÕES DE GLO.....	20
2.2.1 Pelotão de fuzileiros no patrulhamento ostensivo.....	22
2.2.2 Postos de bloqueio e controle de estradas e vias urbanas (PBCE/PBCVU).....	24
2.2.3 Pelotão de fuzileiros atuando como força de choque em operações de controle de distúrbios.....	26
<b>3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....</b>	<b>27</b>
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	27
3.2 MÉTODOS.....	27
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXO 1 – FORMAÇÕES DO PELOTÃO ATUANDO COMO FORÇA DE CHOQUE</b> .....	<b>35</b>
<b>ANEXO 3 - HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES GLO (1992-2017).....</b>	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tem como objetivo, analisar e estudar as Operações de Garantia da Lei e da Ordem, realizadas pelo Exército, mais especificamente explicar a forma de emprego, as táticas, adestramentos e procedimentos nessas operações no que diz respeito ao pelotão de fuzileiros de um Batalhão de Infantaria. Para tal, usaremos algumas atividades realizadas pelo Exército Brasileiro no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que o local foi por muitas vezes palco da utilização da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos últimos anos.

Para explicar melhor o GLO, em 2014 o Ministério da Defesa (MD) criou o Manual MD33-M-10 – Garantia da lei e da ordem, instituído pela Portaria Normativa 186/2014 do Ministério da Defesa, que define tais operações como:

Uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3897, de 24 de agosto de 2001). (Brasil, 2014, p. 14).

As principais operações realizadas pelo Pelotão de Fuzileiros na GLO que foram escolhidos para estudo são: Patrulhamento Ostensivo, Posto de Bloqueio e Controle de Estradas e Vias Urbanas e Operações de Controle de Distúrbios. A eficácia das técnicas, táticas e procedimentos (TTP's) utilizados pelas tropas em tais operações, bem como o emprego, serão alguns dos aspectos a serem levantados, junto com um estudo sobre o preparo desses militares para estas missões e algumas das regras de engajamento.

Vale lembrar que as operações são de não guerra, pois, consistem no emprego das forças militares dentro do país, sem envolver um combate direto. Por isso o poder utilizado pelo Exército em tais operações, deve ser bem limitado e não letal, logo, se torna primordial o adestramento do pelotão quanto ao uso da força e os procedimentos a serem adotados nos ambientes em que forem empregados.

Diante disso, cresce a importância de aprofundar os estudos nos adestramentos que são realizados em um pelotão que está se preparando para atuar nessas operações. Dentro desse contexto, o Exército criou em 2006 o Centro de Instrução de Operações de Garantia da lei e da Ordem (CIOpGLO), localizado em Campinas-SP, onde é feito o adestramento de militares

por meio do Estágio Geral de Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Neste centro são desenvolvidas as doutrinas a serem adotadas, e dentro desse assunto será realizado o estudo delas nos diferentes tipos de operações que ocorreram no Rio de Janeiro.

Esta pesquisa será realizada de modo a estimar se o preparo que é realizado pelos Pelotões é suficiente para que possam operar com eficiência, em qualquer eventual necessidade que possa ocorrer, no ambiente urbano do território brasileiro no que tange as Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

Para buscar conhecimento sobre o assunto e concluir o estudo será empregado o método de pesquisa exploratória, a partir de consultas a bibliografias, levantamentos e estudos de casos.

Assim sendo cabe problematizar algumas questões: como se dá o emprego do Pelotão de Fuzileiros nas operações de GLO e se estão recebendo o preparo adequado.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar o emprego e o preparo do Pelotão de Fuzileiros nas operações de GLO e concluir se é o suficiente para o cumprimento das missões em ambiente urbano.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Conceituar operações de GLO;

Analisar a importância do preparo e o treinamento dos Pelotões para as operações;

Explicar como o pelotão atua no patrulhamento ostensivo;

Explicar como o pelotão prepara e mobiliza o Posto de Bloqueio e Controle de Estradas e Vias Urbanas;

Explicar como o pelotão atua e se organiza quando em uma Operação de controle de distúrbio.

Analisar se o adestramento recebido pelas tropas é o suficiente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM - GLO

Antes de inserir o pelotão de fuzileiros no estudo, cabe especificar alguns conceitos legais das operações de GLO, de forma a balizar a forma de emprego da tropa dentro do que é previsto por lei e pelo manual.

Segundo Brasil (2013, p. 2-1) as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são:

Atuação coordenada das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública na execução de ações e medidas provenientes de todas as expressões do poder nacional em caráter integrado e realçado na expressão militar. Tem por finalidade a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Ainda segundo o autor, as operações de GLO podem ser coordenadas com outros órgãos, para um resultado mais eficiente, agindo de acordo com a Constituição Federal.

As ações de GLO só terão êxito duradouro se as condições políticas, econômicas e sociais que permitiram o surgimento e catalisaram o crescimento das F Adv forem alteradas pelas demais expressões do poder nacional. O poder militar é capaz de neutralizar, temporariamente, os efeitos de uma determinada situação que afete os poderes constitucionais, a lei e a ordem, mas só a atuação integrada de todas as expressões do poder nacional é capaz de eliminar as causas daquela situação (BRASIL, 2013, p. 1-5).

Desta forma tem-se que as GLO são operações em que o poder militar ajuda o Estado a conter determinada situação, no entanto, para que seja resolvida a contento é preciso que o Estado elimine as causas da situação.

As operações GLO podem ser operativas ou preventivas, sendo que as operativas são esporádicas, e poderão ocorrer:

(a) numa situação de normalidade, num quadro de cooperação com os governos estaduais ou com o Ministério da Justiça, apoiando e/ou coordenando as ações dos órgãos de segurança pública, e, até mesmo, atuando por meio de medidas operativas; ou (b) numa situação de não-normalidade, com aplicação de salvaguardas constitucionais (BRASIL, 2013, p. 2-4).

Já as de caráter preventivo restringem-se às atividades de comunicação social e inteligência, cooperando com o Ministério da Justiça e com os governos estaduais (BRASIL, 2013).

Nas operações GLO os militares enfrentarão os Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), devendo a tropa ter o seguinte comportamento, segundo Brasil (2013): Moderação e tranquilidade na dissuasão; firmeza e determinação, sem desmandos, quando provocada e agredida; nenhuma precipitação ou sinal de instabilidade, em qualquer momento do confronto; demonstração de completo domínio das técnicas de controle de distúrbios; e utilização da munição real, como último recurso para cumprir sua missão e somente, após uma confrontação.

A legislação se preocupa em preservar a vida humana e de acordo com ela, nas Operações GLO devem ser utilizados armamentos menos letais, lembrando que um dos fundamentos da GLO é a limitação do uso da força.

Na GLO, a execução de ações em força pode vir a ser fator de desgaste para as forças legais. Esse desgaste cresce em proporção geométrica com o passar do tempo e se alimenta de fatos, desde situações graves, como a morte de inocentes, até a execução de medidas simples que afetem a rotina da população. (2) A necessidade de evitar o desgaste da força legal impõe a limitação, ao mínimo necessário do emprego de ações em força ou que sejam restritivas à população. Tal limitação refere-se à intensidade e à amplitude no tempo e no espaço. (3) Regras de engajamento específicas serão expedidas para cada operação, levando-se em consideração a necessidade das ações a serem realizadas e a proporcionalidade do esforço e dos meios a serem empregados. Nesse sentido, deve ser considerado o seguinte: (a) definição de procedimentos para a tropa, abrangendo o maior número de situações possíveis; (b) proteção a ser dada para a tropa, os poderes constitucionais, os cidadãos e as instalações incluídas na missão; e (c) consolidação dessas regras em documento próprio, com difusão para todos os militares e autoridades envolvidos na operação (BRASIL, 2013, p. 2-4).

Desta forma, Brasil (2013) chama atenção para que sejam utilizados todos os fundamentos das ações de GLO: máximo emprego da inteligência, limitação do uso da força e das restrições à população, máximo emprego da dissuasão, máximo emprego da comunicação social.

Nesse tipo de operação os pelotões que atuarem devem empregar a inteligência e a contrainteligência, onde Brasil (2013) afirma que cabe à inteligência conhecer a área de operação e as características dos APOP, principalmente no que diz respeito à população. Através da inteligência os dados para o desenvolvimento das atividades de Comunicação Social e Operações Psicológicas serão repassados.

No que diz respeito à contrainteligência a mesma tem por função adotar medidas que visem a segurança da área, instalações, pessoal, documentação, informática e comunicações (BRASIL, 2013).

No que tange à limitação do uso da força e das restrições à população deve-se observar que é imprescindível evitar danos indesejáveis ao patrimônio e à integridade física, mental e moral da população civil ou da implantação de medidas que afetem a rotina da população, por força da execução da Operação. Sempre que possível, as GLO devem se pautar no uso progressivo da força e priorizar a utilização de armas menos letais (BRASIL, 2013).

Para que isso ocorra são empregadas algumas técnicas como: dissuasão, comunicação social, operações psicológicas e negociação.

A dissuasão permite o emprego de meios pacíficos para a solução do conflito, devendo a tropa fazer o uso progressivo da força. É preciso adotar este tipo de medida para que as ameaças detectadas não se concretizem evitando assim a adoção de medidas repressivas (BRASIL, 2013).

No que diz respeito à comunicação social, a mesma tem por função a conquista e manutenção do apoio da população, bem como a preservação da imagem das forças empregadas. É imprescindível que se conheça bem a área e a população local, bem como deverá haver uma equipe para filmagem e fotografia, registrando a atuação da tropa (BRASIL, 2013).

As operações psicológicas exigem um planejamento mais minucioso, tendo como principais objetivos: obter a cooperação da população diretamente envolvida na área de operações, desenvolvendo uma atitude contrária aos APOP e outra favorável às forças empregadas; estimular as lideranças comunitárias favoráveis às operações; enfraquecer o ânimo e o moral dos APOP compelindo-os à desistência voluntária; e fortalecer o sentimento de necessidade do cumprimento do dever na força empregada, aumentar o seu potencial de engajamento e torná-la imune às atividades de cunho psicológico dos APOP (BRASIL, 2013).

A negociação deve ser feita por pessoa habilitada precedendo o emprego da dissuasão e uso progressivo da força. Pode ser praticada em todos os níveis táticos, sendo empregada principalmente em desocupação de áreas, desobstrução de vias e no controle de distúrbios (BRASIL, 2013).

### **2.1.1 Uso da força e conduta com o armamento nas Operações de GLO**

Para iniciar este tópico é necessário relatar alguns conceitos sobre o uso da força e a conduta dos militares, para depois inseri-los no que é posto em prática quando um pelotão está atuando num ambiente tão peculiar, como foi o caso das operações no Rio de Janeiro.

Conceitua força como sendo: “toda intervenção compulsória sobre o indivíduo ou grupos de indivíduos, reduzindo ou eliminando sua capacidade de autodecisão” Brasil (2009, p. 5).

Nível do uso da força: “é entendido desde a simples presença do vigilante em uma intervenção, até a utilização da arma de fogo, em seu uso extremo (letal)” (BRASIL, 2009, p. 5).

Uso progressivo da força: “consiste na seleção adequada de opções de força pelo vigilante em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado. Na prática será o escalonamento dos níveis de força conforme o grau de resistência ou reação do oponente” (BRASIL, 2009, p. 5).

Com base nestes conceitos, algumas legislações foram desenvolvidas no intuito de preservar a vida humana, bem como criar padrões de práticas de aplicação da Lei que vão ao encontro aos direitos humanos.

Brasil (2009) cita os níveis de força progressiva, atentando para o fato de que deverá ser utilizado o nível de força de acordo com o que melhor se adequar às circunstâncias encontradas no momento do conflito. Assim os níveis de força se dividem em: nível 1 – presença física; nível 2 – verbalização; nível 3 – controle de contato ou controle de mãos livres; nível 4 – técnicas de submissão; nível 5 – táticas defensivas não letais; nível 6 – força letal.

Figura 1 - Níveis de força progressiva



Fonte: BRASIL (2009)

Brasil (2009, p. 9) descreve o nível 1, nível da presença física como sendo: “a mera presença do vigilante uniformizado pode ser na maioria dos casos o bastante para conter um crime ou ainda prevenir um futuro crime, bem como evitar ações de pessoas mal intencionadas”.

Já o nível 2, nível da verbalização: “baseia – se na ampla variedade de habilidades de comunicação por parte do vigilante, capitalizando a aceitação geral que a população tem da autoridade. É utilizada em conjunto com a presença física do vigilante e pode usualmente alcançar os resultados desejados” (BRASIL, 2009, p. 9).

O nível 3 – controle de contato ou controle de mãos livres:

Trata – se do emprego de habilidades de contato físico por parte do vigilante, para atingir o controle da situação. Isto se dará quando se esgotarem as possibilidades de verbalização devido ao agravamento da atitude do contendor (indivíduo conflitante). Havendo a necessidade de dominar o suspeito fisicamente utiliza-se neste nível apenas as mãos livres, compreendendo-se técnicas de imobilizações e condução (BRASIL, 2009, p. 10).

O nível 4 – ou técnicas de submissão:

É o emprego da força suficiente para superar a resistência ativa do indivíduo, permanecendo vigilante em relação aos sinais de um comportamento mais agressivo que exija uso de níveis superiores de resposta. Neste nível podem ser utilizados técnicas de mãos livres adequadas e agentes químicos (BRASIL, 2009, p. 11).

O nível 5 – Táticas defensivas não letais:

Uma vez confrontado com as atitudes agressivas do indivíduo, ao vigilante é justificado tomar medidas apropriadas para deter imediatamente a ação agressiva, bem como ganhar e manter o controle do indivíduo, depois de alcançada a submissão. É o uso de todos os métodos não letais, através de gases fortes, forçamento de articulações e uso de equipamentos de impacto. Aqui ainda se enquadram as situações de utilização das armas de fogo, desde que excluídos os casos de disparo com intenção letal (BRASIL, 2009, p. 11).

Já o nível 6 é a força letal.

## 2.2 TREINAMENTO DOS PELOTÕES FUZILEIROS PARA AS OPERAÇÕES DE GLO

A fim de que os militares que participam das operações de GLO e desenvolvam suas atividades de forma eficiente, sem colocar em risco suas vidas e a de civis, os mesmos

deverão receber a capacitação necessária. Um bom exemplo disso são os adestramentos que foram realizados pelas tropas que atuaram nas operações no Rio de Janeiro.

Diante dessa necessidade, o Exército prevê no seu Programa-Padrão de Instrução Individual Básica atividades sobre GLO. Brasil (2019) afirma que, as instruções servem para a tropa conhecer melhor as regras de engajamento nesse tipo de operações.

De acordo com Conheça (2018), Implantado no 28º Batalhão de Infantaria Leve em 2006, o então Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (CIOpGLO), que agora se chama Centro de Instrução de Operações Urbanas, tem dentre suas responsabilidades, ministrar diversos estágios, todos voltados à capacitação de oficiais e praças da Força Terrestre.

Segundo Conheça (2018), dentre as diversas atividades o Estágio Geral de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (EGGLO) é o principal trabalho feito, 2 vezes ao ano, pelo CIOpGLO.

Figura 2 - Treinamento para operações de GLO



Fonte: DEFESANET (2018)

Após a criação do Centro de Instrução o número de militares capacitados impressiona, assim como as instruções:

O Centro de Instrução tem sido responsável pela capacitação de aproximadamente 1.000 militares ao ano nesse tipo de operação. Nos estágios são ministradas instruções sobre: ética profissional militar, com ênfase em direitos humanos; gerenciamento de crise e negociação; controle de área; tecnologia não letal; combate em recinto confinado; e primeiros-socorros em combate (CONHEÇA, 2018).

De acordo com Ferreira (2014), um dos treinamentos recebidos é o de Inteligência Militar. Esta função de combate é extremamente importante para o sucesso de qualquer operação, tendo em vista que a utilização de militares como vetor de inteligência é fundamental. Como parte da preparação há instruções de noções básicas de Inteligência, Ramos da Inteligência, Patrulhas de Reconhecimento, Observação, Memorização e Descrição, Gerenciamento de Crise e Confeção de Relatórios, tudo no contexto das Operações de GLO.

Na parte dos Ramos da Inteligência, os militares tomam ciência de que todos do pelotão são sensores ativos da Inteligência, e devem passar aos seus comandantes de imediato, qualquer dado e informe, para que os mesmos, ao final de cada missão, coloquem no relatório a lista dos Elementos Essenciais de Inteligência (EEI) (FERREIRA, 2014).

Nas instruções de Contraineligência são reforçados os conceitos de segurança das informações, principalmente quanto ao uso de celulares durante as operações. Tudo com o objetivo de não haver vazamento de informações sigilosas que comprometam a segurança pessoal e o êxito das missões (FERREIRA, 2014).

A patrulha de reconhecimento é uma das principais operações na qual o pelotão passa a célula de inteligência do Batalhão dados relativos ao terreno, o APOP, meios e vários outros informes. Na Operação São Francisco era feito essa passagem dos dados diariamente pelas frações, no retorno a base de operações. Essa transmissão era chamada de *debriefing*. (FERREIRA, 2014).

A Observação, Memorização e Descrição (OMD) são de vital importância para qualquer missão do caráter da Inteligência, pois nelas são ensinadas como se devem observar as ações durante um patrulhamento, técnicas de memorização rápida, para que sejam relatadas posteriormente a células de Inteligência e formas de descrição de pessoal, material ou ocorrências dos fatos nas diversas missões. No Complexo da Maré foi utilizada amplamente na identificação dos líderes do APOP (FERREIRA, 2014).

Todos esses treinamentos citados acima são de extrema importância para que quando for necessário o emprego dos pelotões de fuzileiros nessas operações, eles possam estar preparados e consigam lograr êxito nas missões.

### **2.2.1 Pelotão de fuzileiros no patrulhamento ostensivo**

Segundo Brasil (2018, p. 33), “o Patrulhamento Ostensivo consiste na disposição de tropas dentro da área de operações, realizando patrulhas a pé, motorizadas (em viatura ou em motocicleta), blindada / mecanizada ou a cavalo com objetivos definido”.

Durante um patrulhamento ostensivo o Quadro de Organização Pessoal e Material (QOPM) do pelotão de fuzileiros se divide da seguinte forma:

Tabela 1 - QOPM do Pelotão de fuzileiros no Patrulhamento Ostensivo

Gp Cmndo	Cmt Pel	Fz, Pst, 2x GL 307, GL 300T-H, GL 108	
	Adj Pel	Fz, Pst, 2x GL 307, GL 300T-H, GL 108	
	Rdop	Fz, 2x GL 307, GL 300T, GL 108	
	At MAG	Fz, Cal 12, 24X AM403/P, GL 307, GL 310 (função Aux)	
1º GC	Aux MAG	Fz, 2x GL 307, GL 300T-H, GL 108 MAX (função Aux)	
	Cmt 1º GC	Fz, Pst, 2x GL 307, GL 300T-H, GL 108	
	Cb Esq	Fz, AM 600, 6x GL 203 L, 6x AM 404, GL 108 MAX, 2x GL 300T	
	E1	Fz, Cal 12, 2x GL 307, GL 300T, GL 108 MAX	
	E2	Fz, 2x GL 307, GL 300T, GL 108	
	A1	Cal 12, Fz, 24X AM403/P, GL 307, GL 310	
	Cb Esq	Fz, AM 600, 6x GL 203 L, 6x AM 404, GL 108 MAX, 2x GL 300T	
	E3	Fz, Cal 12, 2x GL 307, GL 300T, GL 108 MAX	
	E4	Fz, 2x GL 307, GL 300T, GL 108	
	A2	Cal 12, Fz, 24X AM403/P, GL 307, GL 310	
	Cmt 2º GC	Fz, Pst, 2x GL 307, GL 300T-H, GL 108	
	Cb Esq	Fz, AM 600, 6x GL 203 L, 6x AM 404, GL 108 MAX, 2x GL 300T	
2º GC	E1	Fz, Cal 12, 2x GL 307, GL 300T, GL 108 MAX	
	E2	Fz, 2x GL 307, GL 300T, GL 108	
	A1	Cal 12, Fz, 24X AM403/P, GL 307, GL 310	
	Cb Esq	Fz, AM 600, 6x GL 203 L, 6x AM 404, GL 108 MAX, 2x GL 300T	
	E3	Fz, Cal 12, 2x GL 307, GL 300T, GL 108 MAX	
	E4	Fz, 2x GL 307, GL 300T, GL 108	
	A2	Cal 12, Fz, 24X AM403/P, GL 307, GL 310	
	Cmt 3º GC	Fz, Pst, 2x GL 307, GL 300T-H, GL 108	
	Cb Esq	Fz, AM 600, 6x GL 203 L, 6x AM 404, GL 108 MAX, 2x GL 300T	
	3º GC	E1	Fz, Cal 12, 2x GL 307, GL 300T, GL 108 MAX
		E2	Fz, 2x GL 307, GL 300T, GL 108
		A1	Cal 12, Fz, 24X AM403/P, GL 307, GL 310
Cb Esq		Fz, AM 600, 6x GL 203 L, 6x AM 404, GL 108 MAX, 2x GL 300T	
E3		Fz, Cal 12, 2x GL 307, GL 300T, GL 108 MAX	
E4		Fz, 2x GL 307, GL 300T, GL 108	
A2	Cal 12, Fz, 24X AM403/P, GL 307, GL 310		

Fonte: Brasil (2018)

“O pelotão no patrulhamento ostensivo deverá ser formado por, no mínimo, 32 homens”. (BRASIL, 2018, p. 39)

O patrulhamento a pé se dá em zonas urbanas de alta concentração populacional, logradouros públicos e zonas de comércio, locais onde há predominância de circulação de pedestres e os veículos são proibidos de transitar (BRASIL, 2018).

Segundo Brasil (2018), neste tipo de patrulhamento as peças de manobra ficam muito descentralizadas, pois por vezes existe a necessidade de dividir o pelotão para atuar em esquadras, devido à característica do ambiente de ter muitos becos e vielas a serem cobertos pela tropa. Diante disso, cresce a importância de que as comunicações estejam funcionando para facilitar a coordenação e controle do comandante de pelotão.

O patrulhamento em viatura ocorre em áreas muito extensas, onde o patrulhamento a pé é inviável, com a finalidade de ampliar o patrulhamento a pé, como pronta resposta ao atendimento de ocorrências e como reforço para o patrulhamento a pé (BRASIL, 2018).

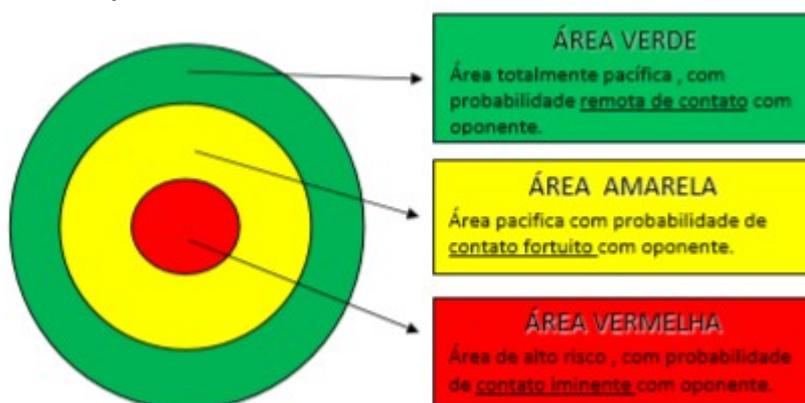
Conforme Brasil (2018), para execução o efetivo embarcado é variável, de acordo com o tipo de viatura, sendo no mínimo de 01 Grupo de Combate. O emprego ideal é de duas viaturas, uma para cada esquadra, porém pode ser feito com uma viatura apenas.

O patrulhamento motorizado em motocicleta será executado em áreas extensas, porém onde as patrulhas em viaturas não conseguem chegar, tendo como objetivo reforçar as tropas que estão patrulhando (BRASIL, 2018).

Geralmente nesse patrulhamento é utilizado o pelotão de reconhecimento da unidade e para o emprego do pelotão nessa operação o comandante deve atentar em seu planejamento para distribuição dos militares na motocicleta, pois de acordo com Brasil (2018, p. 34), “deve haver 03 motos com apenas um militar (para que, em caso de perseguição, possam realizar uma abordagem enquanto o restante da tropa se aproxima) e o resto do pelotão com dois homens por moto”.

Durante a execução do patrulhamento ostensivo, a conduta e a forma de progressão a serem adotadas pelo pelotão podem variar, de acordo com a área de atuação e a possibilidade de contato com o inimigo, como podemos ver abaixo:

Figura 3 - Áreas e suas possibilidades de contato



Fonte: Brasil (2018)

### 2.2.2 Postos de bloqueio e controle de estradas e vias urbanas (PBCE/PBCVU)

Antes de inserir o pelotão nessa operação, é necessário falar sobre alguns conceitos para esclarecer sua finalidade e seus objetivos.

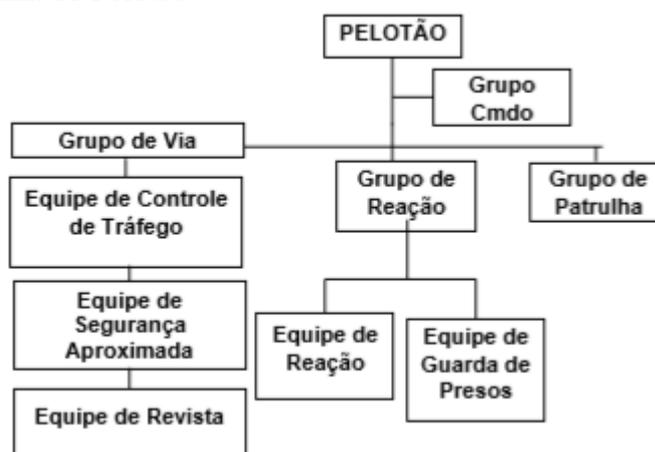
De acordo com Brasil (2018), o posto de bloqueio e controle de estradas e vias urbanas tem por objetivo dar apoio às Operações de GLO, principalmente na fase de isolamento dentro de um quadro de Operação de Controle de Distúrbio (OCD) ou em missões de caráter de defesa interna.

Essas operações, também, podem ser adotadas para assegurar e regular o andamento de processos eleitorais em regiões sob risco de perturbação da ordem local ou quando há greves das forças auxiliares de segurança pública (BRASIL, 2018).

Os principais objetivos dos postos de bloqueios são: operação presença; controlar a passagem de veículos; bloquear a circulação de material ilícito; realizar a abordagem de elementos suspeitos e não suspeitos; efetuar a prisão de criminosos (BRASIL, 2018).

Durante uma operação de PBCE/PBCVU, o Pelotão deve se dividir da seguinte forma:

Figura 4 - Organograma do Pelotão



Fonte: Brasil (2018)

Para a execução do PBCE/PBCVU a tropa além de estar de porte do material de dotação de um pelotão de fuzileiros, deverá também atentar para alguns materiais específicos para mobiliar e sinalizar as vias.

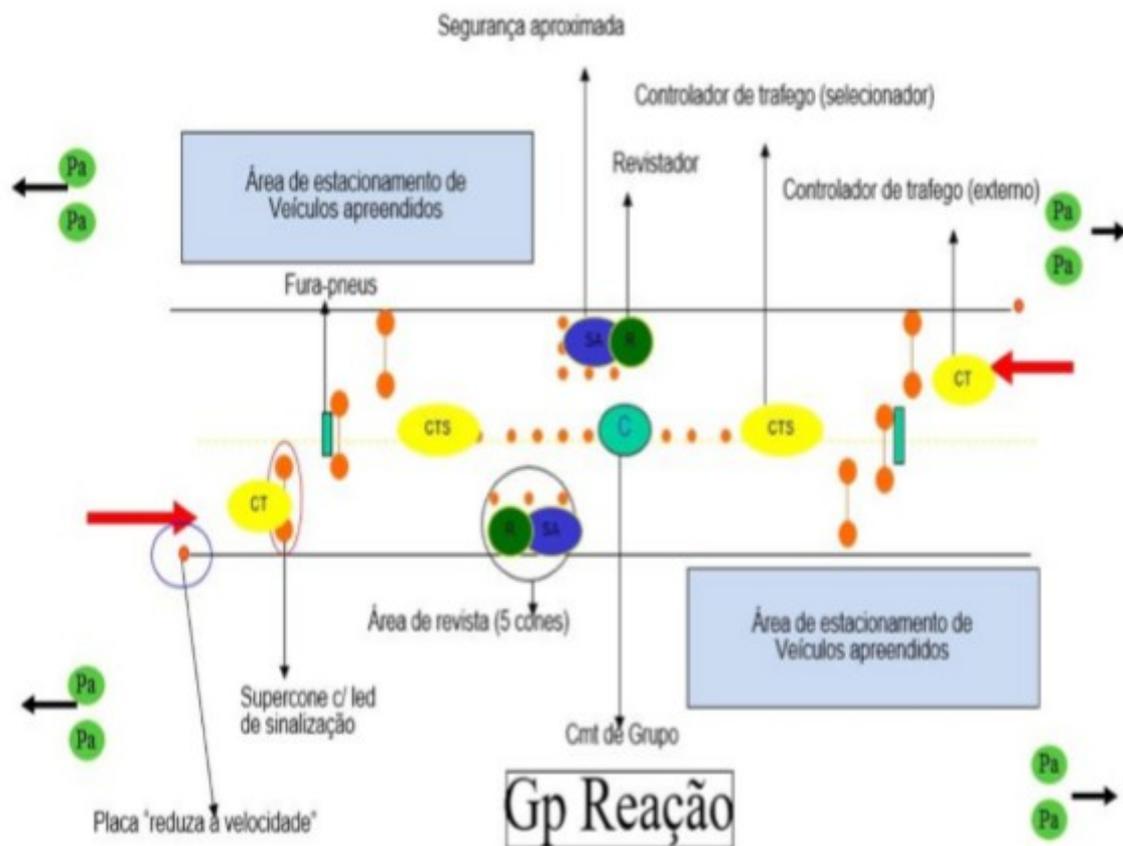
A sugestão de materiais que um pelotão deve ter para mobiliar um PBCE/PBCVU é: cavalos de frisa (supercones com as barras de ligação), fura-pneus, cones pequenos para montagem da área de revista, cones para divisão dentro do PBCVU, materiais para iluminação e sinalização, lanternas e apitos para os elementos do grupo de via, coletes reflexivos para todos os elementos do grupo de via e outros materiais que o comandante de pelotão julgar necessário (BRASIL, 2018).

O Pelotão de Fuzileiros deve ocupar a via de maneira rápida e eficiente, para isso o comandante do pelotão deve realizar ensaios de forma que na hora da execução os militares já

saberão suas atribuições e locais, com isso vê-se novamente a importância do adestramento para este tipo de missão.

Para coordenar a ocupação, o comandante de pelotão deve distribuir o pelotão na borda da via já desdobrado dentro dos grupos e quando todos estiverem prontos, ele comanda para que mobilizem e ocupem os seus lugares.

Figura 5 - PBCE/PBCVU ocupado



Fonte: Brasil (2018)

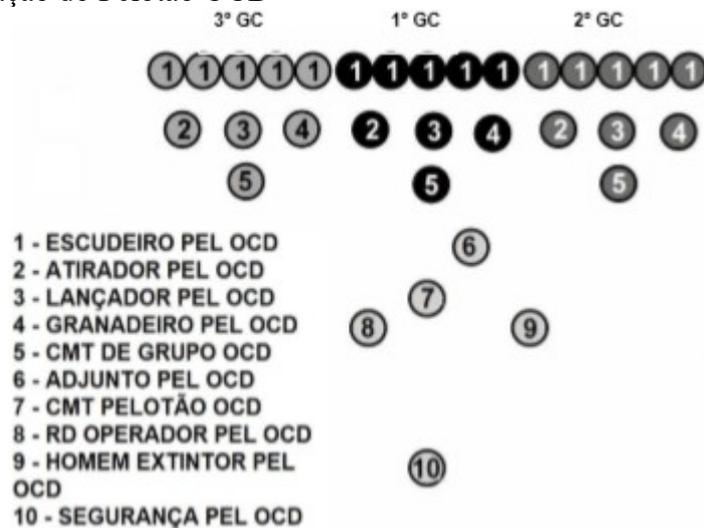
### 2.2.3 Pelotão de fuzileiros atuando como força de choque em operações de controle de distúrbios

Quando o pelotão está constituindo a força de choque ele fica equipado com material e munições específicas de controle de distúrbios com o objetivo de quebrar a resistência das forças adversas, para dispersá-los. (BRASIL, 2018).

De acordo com Brasil (2018), o pelotão atua destacado à frente para pôr fim a uma turba ou dispersá-la. Para isso, ele tem sua organização e as funções de cada militar diferente de um pelotão normal, principalmente nos grupos de combate. O pelotão OCD é dividido da

seguinte forma: comandante de pelotão, adjunto de pelotão, rádio-operador, homem extintor, segurança, comandante de grupo, cabo atirador, granadeiro e escudeiro.

Figura 6 - Organização do Pelotão OCD



Fonte: Brasil (2018)

Já que o Pelotão empregado no controle de distúrbios tem o objetivo de dispersar, deve utilizar os armamentos e equipamentos não letais. Com isso, o quadro de distribuição de material do pelotão recebe uma nova configuração.

Tabela 2 - Quadro de distribuição de material

Figura	Armamento	Equipamento
1 Cmt Cia Cmt Pel Adj Cmt Gp R Op	Pst Tonfa ou cassetete Algemas	Eqp Rádio, Munição Pst Megafone
2 Op extintor	Tonfa ou cassetete	Eqp Rádio
3 Escudeiros	Tonfa ou cassetete	Extintor de incêndio
4 Atirador	Espingarda CBC Cal. 12 Tonfa ou cassetete	Escudo de Policarbonato Ou escudo balístico
5 Lançador	AM 600 Tonfa ou cassetete	Munição de Elastômero
6 Granadeiro	Granada de Mão Tonfa ou cassetete Marcador	Munição de Elastômero e CS
7 Segurança	Espingarda CBC Cal. 12 Tonfa - Algemas	Granadas de mão explosivas, mistas e fumígenas munição para marcador.
8		Munição Letal

Fonte: Brasil (2018)

### 3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos utilizados foram os seguintes: leituras preliminares para aprofundamento do tema; definição e elaboração dos instrumentos de coleta de dados e definição das etapas de análise do material. Ao serem estabelecidas as bases práticas para a pesquisa, procurou-se garantir a execução da pesquisa seguindo o cronograma proposto além de propiciar a verificação das etapas de estudo.

#### 3.1 TIPOS DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, onde foram pesquisados artigos, livros, revistas, e sites da internet pertinentes ao assunto. Também foi utilizada a pesquisa documental, que segundo Gil (2008, p. 25):

É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

#### 3.2 MÉTODOS

Foram realizados os seguintes procedimentos: apresentação de uma pesquisa bibliográfica relacionada ao tema com base em artigos já publicados sobre o assunto, bem como livros, os quais desenvolvem os conceitos necessários a pesquisa. Procedendo-se com um levantamento de dados de uma pesquisa descritiva relacionado ao tema, em seguida foram feitas a análise do material coletado.

Desta forma, foram desenvolvidas algumas perguntas sobre o emprego e o preparo das tropas que atuaram em nível pelotão nas Operações ocorridas no Rio de Janeiro. Este questionário foi respondido por uma amostra de 47 militares, para que seja retirada opiniões baseadas em experiências reais.

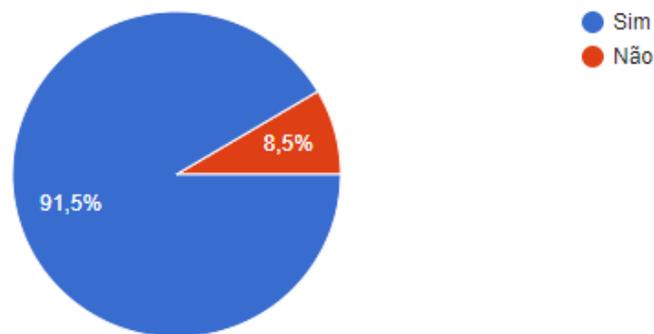
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos gráficos retirados do questionário realizado, será analisado se os métodos utilizados pelo Exército Brasileiro para o preparo das tropas foi satisfatório para suprir as necessidades do combate.

### Gráfico 1 - Levantamento sobre o adestramento realizado para as operações

Na sua opinião, o adestramento realizado para as operações foram suficientes para o bom cumprimento das missões?

47 respostas



Fonte: O AUTOR (2020)

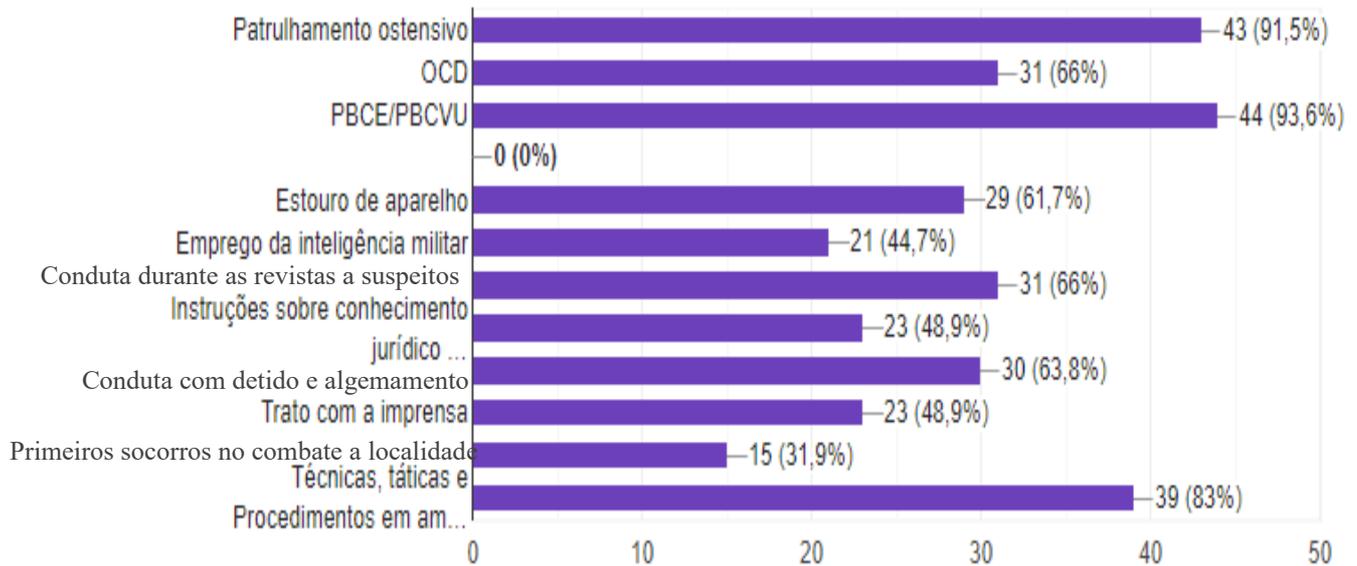
Analisando o Gráfico 1, percebe-se que 91,5% dos militares concordaram que os treinamentos recebidos antes das operações os prepararam da maneira certa no que foram empregados. Diante disso, pode ser dito que o trabalho realizado nos Batalhões tem sido satisfatório, mesmo que uma pequena parte (8,5%) ache que o adestramento não tenha ajudado tanto.

Aprofundando um pouco mais os estudos sobre o assunto, foram levantados alguns dados para comparar o que foi ministrado durante os treinamentos, com o que foi utilizado na execução real das operações. Para isso, segue abaixo os seguintes gráficos:

### Gráfico 2 – Instruções para as Operações

### Quais foram as principais instruções realizadas durante o período de adestramento?

47 respostas

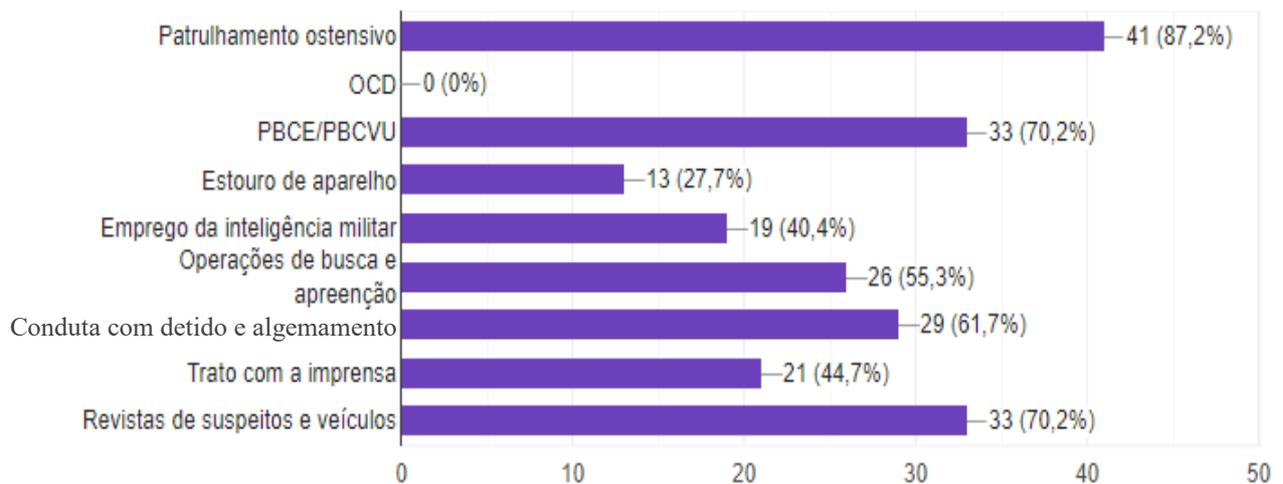


Fonte: O AUTOR (2020)

### Gráfico 2 – Atividades Realizadas nas Operações

#### Quais as principais atividades realizadas durante as operações?

47 respostas



Fonte: O AUTOR (2020)

Tomando como referência esses dois gráficos é possível concluir que os treinamentos e as doutrinas desenvolvidas pelo Exército estão norteados com as atividades mais exigidas durante uma Operação de GLO.

Um aspecto positivo é que o patrulhamento ostensivo foi a segunda missão mais executada pelas tropas nos conflitos e a mais exercitada no período de adestramento, de acordo com 91,5% dos militares que responderam o questionário. Junto a isso é possível notar também que as Técnicas, Táticas e Procedimentos utilizados no Patrulhamento Ostensivo chegaram a um índice bastante satisfatório de 83%.

Outros dois resultados que simbolizam o bom proveito das instruções realizadas pelas tropas, foram o PBCE/PBCVU e a conduta durante as revistas de suspeitos, pois elas ficaram juntamente em segundo lugar conforme o Gráfico 2.

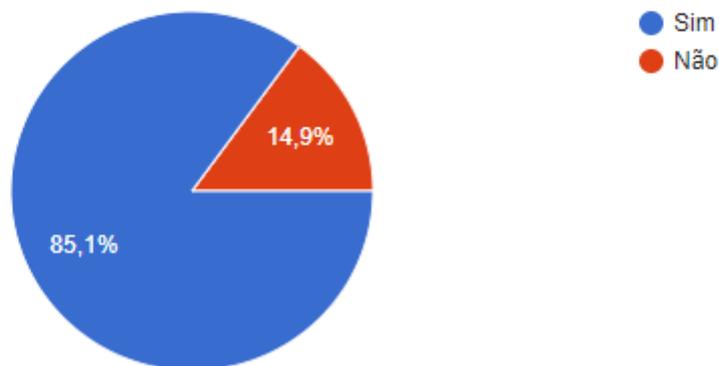
Diante dos fatos levantados como um todo é notório que um Pelotão que atua nesse ambiente operacional, tem a completa capacidade de intervir nos conflitos e desempenhar muito bem o seu papel. Pois ao analisar os gráficos 1, 2 e 3, nota-se que o adestramento planejado pelo Exército para suas tropas são colocados em prática nas operações reais e que a maioria dos militares (91,5%) tem total confiança nesta doutrina que é aplicada.

O conhecimento jurídico e as noções de direito são essenciais para esse tipo de conflito, visto que é um ambiente hostil e o contato direto com a população é grande. Em concomitância com o Exército Brasileiro em sempre agir na legalidade, os moradores dessa determinada região possuem seus direitos e eles devem ser garantidos pela força presente no local. Por isso foi realizado uma pesquisa para entender se a tropa empregada realmente tem o conhecimento jurídico necessário para o êxito nas operações.

Gráfico 4 – Conhecimento jurídico

O conhecimento jurídico recebido nas instruções foi suficiente para a operação?

47 respostas



Fonte: O AUTOR (2020)

Em análise ao Gráfico 4, é possível compreender que apesar de representar um pequeno percentual de 14,9%, o conhecimento jurídico se torna algo que preocupa, pois ele baliza os limites de atuação da tropa para não violar nenhum direito da população.

Esse estudo pode ser provado por números retirados das operações realizadas, e é através deles que se tem um resultado concreto e real para saber se o preparo e o emprego correto das tropas surtiram efeitos. Resultado esse que também serve para dizer se a doutrina que o Exército adota está condizente com a situação.

Para comprovar se o emprego das tropas na intervenção ocorreu de modo satisfatório para alcançar os objetivos impostos, será tido como exemplo um dos Objetivos Estratégicos determinado pelo Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (GIFRJ). Segundo GIFRJ (2018), o Objetivo Estratégico número 1 é diminuir, gradualmente, os índices de criminalidade.

Para medir esse objetivo foi criado o seguinte método de cálculo pelo GIFRJ:

Tabela 3 - Fórmula do indicador de desempenho

INDICADOR	FÓRMULA	META
Índice de redução de Roubo de Rua.	$100 - (\sum \text{N}^\circ \text{ de Roubo de Rua dos meses de março a dezembro de 2018}) / (\sum \text{N}^\circ \text{ de Roubo de Rua dos meses de março a dezembro de 2017}) \times 100$	5%
Índice de redução de Roubo de Veículo.	$100 - (\sum \text{N}^\circ \text{ de Roubo de Veículo dos meses de março a dezembro de 2018}) / (\sum \text{N}^\circ \text{ de Roubo de Veículo dos meses de março a dezembro de 2017}) \times 100$	8%
Índice de redução de Letalidade Violenta.	$100 - (\sum \text{N}^\circ \text{ de Letalidade Violenta dos meses de março a dezembro de 2018}) / (\sum \text{N}^\circ \text{ de Letalidade Violenta dos meses de março a dezembro de 2017}) \times 100$	9%
Índice de redução de Roubo de Carga.	$100 - (\sum \text{N}^\circ \text{ de Roubo de Carga dos meses de março a dezembro de 2018}) / (\sum \text{N}^\circ \text{ de Roubo de Carga dos meses de março a dezembro de 2017}) \times 100$	10%
Índice de redução de Latrocínio.	$100 - (\sum \text{N}^\circ \text{ de Latrocínio dos meses de março a dezembro de 2018}) / (\sum \text{N}^\circ \text{ de Latrocínio dos meses de março a dezembro de 2017}) \times 100$	10%

Fonte: GIFRJ, 2018

Trazendo esses índices para a intervenção federal e comparando o índice de criminalidade de 2017 com o de 2018, terá o seguinte resultado:

Tabela 4 - Índice de criminalidade 2017 x 2018

Valores acumulados dos índices de criminalidade do ano de 2018, comparados com o mesmo período do ano de 2017				
Índices de Criminalidade	PERÍODO DE INTERVENÇÃO FEDERAL (valores acumulados de MAR a DEZ)			Meta do Plano Estratégico (previsão de redução)
	2017	2018	Diferença Percentual	
Latrocínio	186	127	-31,72%	10% ✓
Roubo de carga	9.454	7.463	-21,06%	10% ✓
Roubo de veículo	45.874	42.021	-8,40%	8% ✓
Roubo de rua	115.250	109.321	-5,14%	5% ✓
Letalidade Violenta	5.528	5.472	-1,01%	9% ✗

Fonte: ISP, 2019

Após ver os resultados, pode ser notado que todos os objetivos foram alcançados e até mesmo superados, exceto o de Letalidade violenta. Porém pode ser dito que as Operações foram um sucesso, pois o preparo para as operações estão sendo o bastante e o emprego nas localidades do Rio de Janeiro tem sido bem planejado e executado, conseguindo conter a criminalidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os governos têm empregado de forma cada vez mais recorrente o Exército brasileiro, no intuito de combater as novas ameaças que não são clássicas à Defesa Nacional. No Brasil, a Constituição Federal prevê o emprego das FFAA em conjunto com outros órgãos de segurança nacional, tendo por objetivo atender às emergências das políticas públicas de segurança.

De modo a participar destas operações os pelotões de fuzileiros de todo Brasil são treinados e capacitados para tal, tendo em vista que o teatro de operações é peculiar, em área urbana, misturando-se os APOP a civis.

Com isso o Exército Brasileiro se preocupa com a forma que está se dando o preparo dos pelotões de fuzileiros que são selecionados para cumprir as missões seja de intervenção federal ou nas forças de pacificações, assim como ocorreu no Rio de Janeiro. Tudo isso para saber se as tropas estão sendo empregadas de forma e correta cumprindo as prescrições quanto a sua conduta.

Assim, o uso gradativo da força é uma das características desse tipo de operação. Com o advento da Lei 13.060/14, a qual disciplina o uso de armas menos letais observa-se que a maioria dos órgãos públicos, bem como o Exército Brasileiro, têm feito uso das mesmas. Isso mostrando que o preparo para o emprego das tropas do EB está alinhado com a doutrina que deve ser adotada nessas operações.

Nota-se claramente que este novo teatro de operações foi bem aceito pelo Exército, principalmente pelos pelotões de fuzileiros, os quais encontram-se atuando de forma contínua em OCD e GLO, sendo dessa forma fundamental que eles sejam preparados e capacitados.

Na GLO a vida dos civis deve ser preservada, bem como sua integridade física. Assim sendo é necessário que haja um bom planejamento ao executar uma operação.

As operações de GLO realizadas pelo EB nos últimos anos demonstram a capacidade operacional e evidenciam o bom preparo realizado através dos adestramentos nos Corpos de Tropa, mantendo seus homens sempre prontos para atuar neste ambiente operacional. Diante disso, deve-se destacar o emprego dos Pelotões de Fuzileiros, que estão desempenhando um excelente trabalho atuando na ponta da lança das operações.

Assim sendo, vê-se a importância de cada vez mais os militares do Exército estarem em constante adestramento para as operações de GLO, pois a tendência com a crescente dos centros urbanos é que o Exército Brasileiro atue com mais frequência neste tipo de ambiente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Operações de garantia da lei e ordem**. Brasília: Ministério da Defesa, 2002.

BRASIL. **Centro de instrução de operações de garantia da lei e da ordem**. Brasília: Ministério da defesa, 2018.

BRASIL. **Programa-Padrão de Instrução individual Básica**. Brasília: Ministério da defesa, 2019.

\_\_\_\_\_. **Curso de extensão em equipamentos não letais I**. Brasília: Departamento de Polícia Federal, 2009.

**CONHEÇA O Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. Disponível em: <[https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_published/MjaG93KcunQI/content/conheca-o-centro-de-instrucao-de-operacoes-de-garantia-da-lei-e-da-ordem/8357041](https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_published/MjaG93KcunQI/content/conheca-o-centro-de-instrucao-de-operacoes-de-garantia-da-lei-e-da-ordem/8357041)>. Acesso em 09 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal**. Brasília: Ministério da Justiça, 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FERREIRA, A. S. **O emprego da Célula de Inteligência da SU durante as Operações da Força de Pacificação Maré**. Rio de Janeiro: Brigada de Infantaria Paraquedista, 2014.

\_\_\_\_\_. Gabinete de Intervenção Federal, **Detalhamento da Meta 1.1.1 do OE/01 – Diminuir os Índices de Criminalidade**, Apêndice II ao Anexo do Ofício Resposta ao Ofício de Requisição 05/2018/TCU/SecexDefesa, de 16/10/2018.

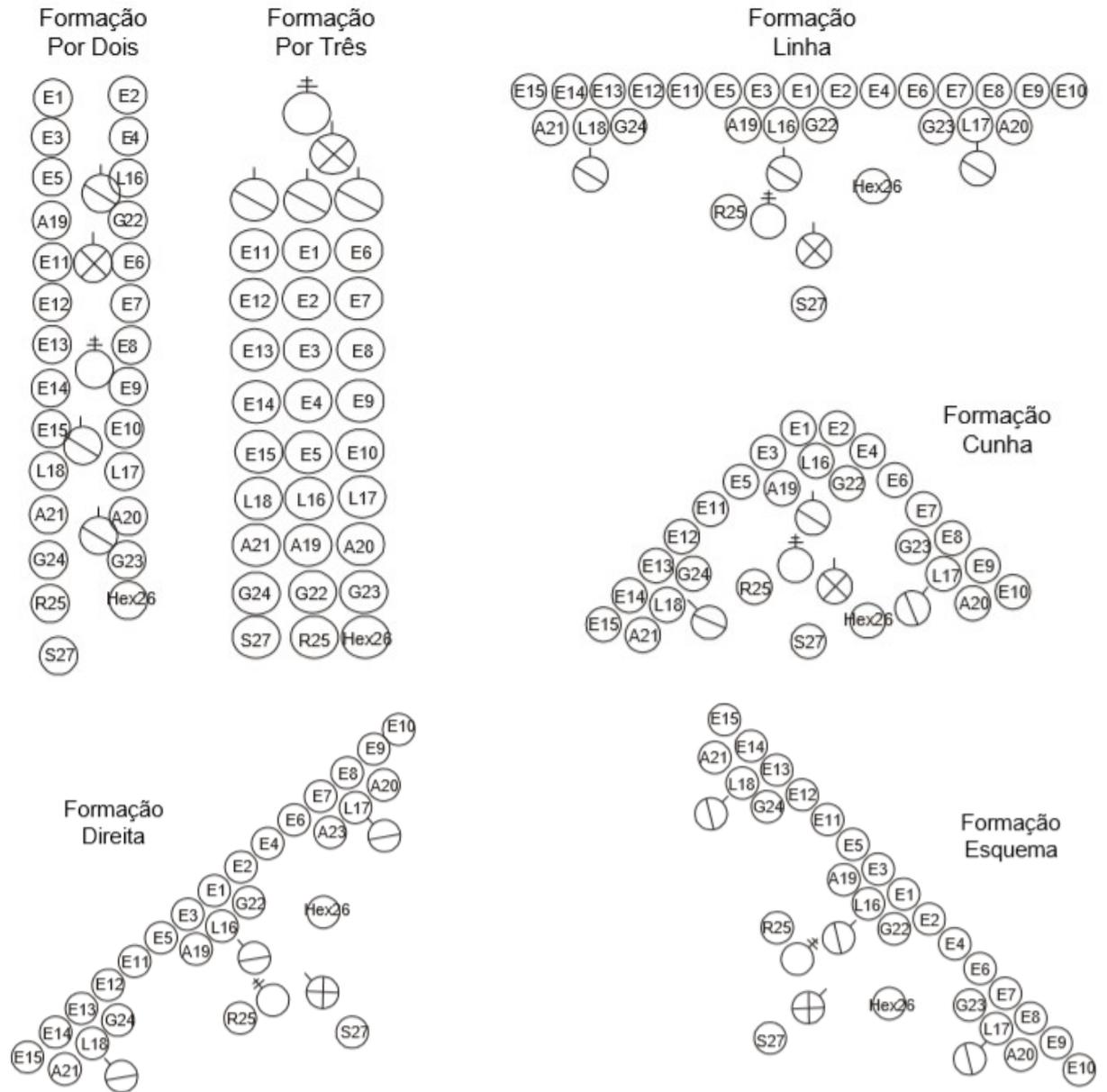
\_\_\_\_\_. **Lei complementar 97/99**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MONTEIRO, O. L. *et al.* **Uma análise das operações de GLO: desdobramentos, consequências e dificuldades**. Disponível em: <[www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/XV\\_cadn/uma\\_analise\\_das\\_operacoes\\_de\\_garantia\\_da\\_lei.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/XV_cadn/uma_analise_das_operacoes_de_garantia_da_lei.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2018**. Rio de Janeiro: Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.intervencaofederalrj.gov.br/imprensa/releases/RelatoriodeGestao2018GIFRJ.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ANEXOS

ANEXO 1 – FORMAÇÕES DO PELOTÃO ATUANDO COMO FORÇA DE CHOQUE



Fonte: Brasil (2018)

**ANEXO 2 - HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES GLO (1992-2017)**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Violência Urbana	23	18%
Greve PM	25	19%
Garantia da Votação e Apuração	21	15%
Eventos	38	29%
Outras	25	19%
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em:. Acesso em 9 nov. 2018.

